

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.569 - SC (2019/0291196-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE FLORIANÓPOLIS - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO FECHADO E SEMIABERTO DE CIDADE GAÚCHA - PR**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **ALEXANDRE BERNARDO**
ADVOGADO : **SOLANGE TEREZINHA GERALDI REIS - PR018220**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais de Florianópolis – SC em face de decisão do Juízo de Direito da Vara de Execução de Cidade Gaúcha – PR que se reputou incompetente para dar continuidade à execução da pena imposta a ALEXANDRE BERNARDO, tendo em conta que não existe unidade prisional destinada ao cumprimento de pena em regime semiaberto na Comarca de Gaúcha/PR e que o executado teria indicado endereço residencial em Florianópolis/SC.

Consta nos autos que o executado possui 10 (dez) condenações transitadas em julgado e que somada a última pena a si imposta nos autos da Ação Penal n. 2147-16.2010.8.16.0070 (de 3 anos, 2 meses e 15 dias), o resultado final foi de 21 (vinte e um) anos e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão.

Descontada a detração de 9 anos, 9 meses e 11 dias de pena privativa de liberdade já cumprida, restam-lhe 11 anos, 3 meses e 11 dias por cumprir, estando o condenado, atualmente, no regime semiaberto.

O Juízo suscitante (de Santa Catarina) sustenta que, a par de as unidades prisionais da Comarca de Florianópolis/SC e do Estado estarem superlotadas, a mera mudança de endereço do apenado não constitui fundamento válido para a modificação da competência para execução da pena.

Instado a se manifestar sobre a controvérsia, o órgão do Ministério Público Federal que atua perante esta Corte opinou pela

Superior Tribunal de Justiça

competência do Juízo suscitado, do Paraná, em parecer assim ementado:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO DO APENADO. ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INOCORRÊNCIA.

1. Compete ao juízo que prolatou a sentença penal a fiscalização da sua execução, sendo certo que a mudança voluntária de endereço do apenado não implica, necessariamente, a alteração da competência originária, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

2. Parecer pelo conhecimento e procedência do conflito, a fim de que seja declarada a competência do Juízo de Direito da Vara de Execução de Cidade Gaúcha – PR.

É o relatório. Passo a decidir.

Conheço do conflito, uma vez que os juízos que suscitam a incompetência estão vinculados a Tribunais diversos, o que atrai a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, consoante o disposto no art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Questiona-se, nos autos, se a alteração do domicílio do apenado afeta a competência para a execução de sua pena.

O art. 65 da Lei n. 7.210/1984 dispõe que a execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença.

Note-se que é possível alterar a competência para a execução e fiscalização da pena, quando, por exemplo, houver transferência legal do preso para outra comarca, nos termos do art. 86 da Lei n. 7.210/1984, visto que, nesses casos, há a remessa do próprio processo de execução criminal. Todavia, o simples fato de o condenado morar em comarca diversa ou ter mudado de residência, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL.

MUDANÇA VOLUNTÁRIA DE DOMICÍLIO DO APENADO. COMPETÊNCIA QUE SE MANTÉM NO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DO PRESO. RECUSA FUNDAMENTADA. POSSIBILIDADE.

1. A mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de transferência de preso. Precedentes.

2. O direito que o preso tem de cumprir pena em local próximo à residência, onde possa ser assistido pela família, é relativo, pois a transferência pode ser negada desde que a recusa esteja fundamentada.

3. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no CC 137.281/MT, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, DJe 02/10/2015) – negritei.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA EM REGIME ABERTO. NOVO DOMICÍLIO DO APENADO. INADMISSIBILIDADE DA MUDANÇA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DA PENA. FISCALIZAÇÃO PELO JUÍZO DO NOVO DOMICÍLIO POR MEIO DE CARTA PRECATÓRIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

- Esta Corte possui entendimento firmado no sentido de que ao Juízo da condenação compete a execução da pena, não havendo deslocamento desta competência pela mudança voluntária de domicílio do condenado à pena em regime aberto, devendo ser deprecada ao Juízo do domicílio do apenado a supervisão e acompanhamento do cumprimento da reprimenda determinada.

- Nesse contexto, in casu, os autos devem retornar ao juízo da condenação (Juízo de Direito da Vara Criminal de Videira - SC), competente para a execução penal, a fim de que determine a expedição de carta precatória ao Juízo de onde reside o apenado para a supervisão do desconto da sua reprimenda.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Criminal de Videira - SC, o suscitado.

(CC 131.468/RS, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 13/03/2014) – negritei.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE

LIBERDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO POR VONTADE PRÓPRIA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal.

2. A transferência da execução da pena não pode ser determinada de maneira unilateral, sendo necessária a prévia consulta ao juízo para o qual o sentenciado pretende ser transferido, notadamente para se verificar a disponibilidade de vagas no sistema prisional local.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, o suscitado.

(CC 117.561/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012) – negritei.

PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO. EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA NÃO ALTERADA. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA CUMPRIMENTO DA PENA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL E CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS DE SÃO VICENTE/SP.

1. Aplicadas as penas restritivas de direitos, na hipótese do apenado mudar o seu domicílio, cabe ao Juízo da Execução Penal expedir carta precatória para a nova localidade, deprecando-se, no caso, a realização da audiência admonitória e a fiscalização do cumprimento das condições fixadas.

2. Não há a transferência da competência, apenas de alguns atos, sendo que os decisórios permanecem atribuídos ao juízo responsável pela execução no local da condenação.

3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execução Criminal e Corregedoria de Presídios de São Vicente/SP, ora suscitado.

(CC 106.036/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Terceira Seção, julgado em 12/8/2009, DJe 21/8/2009) – negritei.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a transferência deve sempre ser precedida de consulta prévia ao Juízo da Execução responsável pelo presídio de destino, para verificação dos requisitos, dentre os quais, se há disponibilidade de vagas e concordância do Juízo para o qual o preso está sendo transferido.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO POR VONTADE PRÓPRIA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal.

2. A transferência da execução da pena não pode ser determinada de maneira unilateral, sendo necessária a prévia consulta ao juízo para o qual o sentenciado pretende ser transferido, notadamente para se verificar a disponibilidade de vagas no sistema prisional local.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, o suscitado.

(CC 117.561/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012) – negritei.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. MUDANÇA PARA OUTRO ESTADO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. REGRESSÃO DE REGIME. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Não há deslocamento de competência para a execução da pena quando o sentenciado é preso em outra cidade, tendo em vista a expedição de mandado de prisão pelo Juízo da Execução Penal em razão do descumprimento das condições

do benefício da prisão albergue domiciliar, porquanto não se trata de transferência legalmente efetuada. Precedentes.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal e Anexo das Execuções Criminais de Mauá/SP, o suscitado.

(CC 121.538/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012) – negritei.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO DEFERIDA PELO JUIZ DE CHAPECÓ/SC. DETERMINAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA, A PEDIDO DO APENADO, COM A CONCESSÃO DE LIBERDADE PARA QUE ESTE SE APRESENTASSE ESPONTANEAMENTE NA NOVA COMARCA, SEM CONSULTA AO JUÍZO PARA ONDE PRETENDIDA A TRANSFERÊNCIA PARA A VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PENAL COMPATÍVEL COM O REGIME DEFERIDO. ENVIO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO À COMARCA DE IJUÍ/RS, QUE RECUSOU SUA COMPETÊNCIA, EM VISTA DA NÃO OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTOS PARA A TRANSFERÊNCIA. APENADO QUE NÃO SE APRESENTOU PARA O CUMPRIMENTO DA PENA. NÃO EFETIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA. COMPETÊNCIA QUE PERMANECE COM O JUÍZO ORIGINÁRIO. PARECER DO MPF PELA PERDA DE OBJETO DO CONFLITO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO, NO ENTANTO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO (CHAPECÓ/SC).

1. Não está prejudicado o conflito de competência, pois, embora o apenado não tenha comparecido à Comarca de Ijuí/RS, como determinado pelo Juízo suscitado, o fato é que o Juízo suscitante, ao que parece, não devolveu a PEC à Comarca de origem, que também não pediu a sua devolução, permanecendo a controvérsia sobre a competência.

2. A transferência para outra Comarca, a pedido do apenado, deve atender, em primeiro lugar, o interesse público e os propósitos da execução da pena.

3. Mormente em casos de progressão para regime aberto ou semiaberto, a transferência deve ser precedida de consulta ao Juízo onde se pretende alocar o reeducando, para verificar a existência de vaga em estabelecimento penal compatível, sob pena de inviabilização do sistema carcerário (art. 85 da LEP);

Superior Tribunal de Justiça

assim, até a resposta, o apenado deverá cumprir as condições do regime aberto no Juízo até então responsável pela execução da pena.

4. *Na hipótese, como o apenado não compareceu no Juízo para o qual foi transferido, que não chegou a praticar qualquer ato relativo à execução de sua pena, inclusive por força da suscitação do presente conflito, permanece com o Juízo de Chapecó/SC a competência para dar continuidade à execução da pena, principalmente tomar as providências para a localização do réu.*

5. *Parecer do MPF pela perda de objeto do conflito.*

6. *Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo da 3a.*

Vara Criminal de Chapecó/SC, o suscitado, para o qual deverá ser devolvido o processo de execução da pena de Luís de Souza.

(CC 98.815/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 06/04/2010) – negritei.

Na hipótese dos autos, segundo informa o Juízo suscitante (de Santa Catarina), nenhuma das 10 (dez) condenações impostas ao executado foram oriundas de Santa Catarina.

Também não foi juntado, no presente conflito, documento comprovando a mudança de domicílio do executado para Florianópolis, mas apenas referência feita pelo Juízo suscitante de que um dos fundamentos utilizados pelo Juízo suscitado para a declinação de competência seria tal alteração de domicílio.

De ressaltar-se que, no caso concreto, a par de não ter havido consulta prévia ao Juízo para o qual foi declinada a competência para a execução da pena, na decisão em que suscitou o presente conflito, o Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais de Florianópolis – SC esclareceu não existirem vagas nos estabelecimentos prisionais da Comarca destinados ao cumprimento de pena em regime semiaberto, nem do Estado.

Vê-se, assim que o caso concreto, na contingência atual, não evidencia causa legal de deslocamento da competência originária para a

Superior Tribunal de Justiça

execução da pena.

Ante o exposto, com amparo no art. 34, XXII, do Regimento Interno do STJ, na redação da Emenda Regimental n. 24/2016, **conheço do conflito** para declarar a competência do Juízo de Direito Vara de Execução de Cidade Gaúcha – PR, o suscitado, cabendo ao Juízo suscitante apenas a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena.

Dê-se ciência aos Juízes em conflito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Ministro

